

Governo e ruralistas contra florestas

Categories : [Notícias](#)

Na última terça (2), o ministro do meio ambiente Carlos Minc ouviu de seu colega da Agricultura, Reinhold Stephanes , e de ruralistas, os detalhes da proposta de alteração do Código Florestal. Se aprovada, os brasileiros podem dizer adeus ao que resta de florestas em propriedades particulares país afora. Para começar, as áreas de preservação permanente (APPs: topo de morro, margem de rios, áreas de nascentes, etc) poderão ser computadas como reserva legal (percentual que o proprietário deve por lei manter preservado, dependendo do bioma). Para recuperá-la, o fazendeiro poderá se valer de espécies exóticas em até metade da área num prazo de no máximo 20 anos. Se quiser, poderá compensar a ausência de reserva legal em em outros estados, em outro bioma ou bacia hidrográfica. Esta medida é capaz de condenar à total degradação as áreas que já estão abertas ou em processo de desmatamento. Hoje, várias entidades civis chutaram o pau da barraca e distribuíram manifesto onde informam que abandonaram as conversas com o governo. "Não é possível discutir e negociar com um ministério que, em detrimento do interesse público, se preocupa apenas em buscar anistias para particulares inadimplentes. Para ter credibilidade, o processo de negociação sobre código florestal deve ser vinculado à obtenção do desmatamento zero, conforme assumido pelo presidente da república, e ao cumprimento da legalidade em todo o território nacional", dizem as organizações não-governamentais.